



**ATA 1741ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO**

1 Aos sete dias do mês de dezembro de dois mil e treze, às nove horas e quarenta
2 minutos, realizou-se a milésima setingentésima quadragésima primeira reunião
3 Plenária Ordinária do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, à
4 Rua Arruda Alvim, oitenta e nove. Estiveram presentes 20 (vinte) conselheiras(os),
5 sendo essas(es) efetivas(os) e suplentes, a seguir indicadas(os): Adriana Eiko
6 Matsumoto, Ana Paula Porto Noronha, Aristeu Bertelli da Silva, Elisa Zaneratto Rosa,
7 Gabriela Gramkow, Guilherme Luz Fenerich, Janaína Leslão Garcia, Joari Aparecido
8 Soares de Carvalho, José Agnaldo Gomes, Luís Fernando de Oliveira Saraiva, Maria
9 Ermínia Ciliberti, Moacyr Miniussi Bertolino Neto, Bruno Simões Gonçalves, Dario
10 Henrique Teófilo Schezzi, Jonathas José Salathiel da Silva, Lívia Gonsalves Toledo,
11 Maria das Graças Mazarin de Araujo, Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso, Sandra
12 Elena Sposito e Sergio Augusto Garcia Júnior. Também estiveram presentes os
13 gestores: Edgar Rodrigues (Subsede de Assis) e Reginaldo Branco da Silva (Subsede
14 do Grande ABC), conforme lista de presença anexa que é parte integrante desta ata.

15 **ORDEM DO DIA: I) INFORMES - 1.1) Justificativa de ausências** - Foram
16 consideradas as justificativas de ausência das (os) demais conselheiras (os): Graça
17 Maria de Carvalho Camara, Ilana Mountian, Marília Capponi, Alacir Villa Valle Cruces,
18 Ana Maria Falcão de Aragão, Camila de Freitas Teodoro, Gustavo de Lima Bernardes
19 Sales, Luiz Eduardo Valiengo Berni, Regiane Aparecida Piva e Silvio Yasui. **1.2)**
20 **Reunião diretoria e conselheiros das Subsedes** – A conselheira Elisa Zaneratto
21 Rosa falou sobre o Encontro de Sede e Subsedes e o Fórum dos Gestores, que
22 atualmente ocorrem a cada três meses, às sextas-feiras à noite e aos sábados pela
23 manhã. Informou que as sextas-feiras serão dedicadas ao Encontro de Sede e
24 Subsedes com objetivo de tratar de fiscalização, orientação e ética. Já as questões
25 ligadas à política, e às questões executivas e administrativas devem ser discutidas aos
26 sábados, no Fórum de Gestores. Mantêm-se as reuniões às 8h dos sábados, antes
27 das Plenárias Ordinárias, para trocas entre conselheiros da sede e das subsedes.
28 Referendou-se que não haverá contratação de temporários para cobrir funcionários
29 em férias, somente para trabalhos eventuais e que posteriormente será produzido um
30 comunicado para orientar as(os) gestoras(es). A coordenadora Sandra Ribeiro, junto à
31 comissão gestora, fará a organização de férias e eventuais licenças nas subsedes. **II)**
32 **DEFINIÇÃO DE CALENDÁRIO DE REUNIÕES 1º SEMESTRE DE 2014** – O plenário
33 definiu a agenda de reuniões e eventos para o primeiro semestre ano de 2014,
34 contendo datas de Reuniões Plenárias, Fóruns de Gestores e demais atividades, a fim
35 de que fosse apreciada pelo plenário e alterada, de acordo com a conveniência do
36 conjunto. **Encaminhamento:** O calendário suscitado foi sancionado pelos



37 conselheiros do período de janeiro a junho, ficando concluído conforme segue: a)
38 *Reuniões Plenárias:* Janeiro: Plenária Ordinária (31/01), Plenária Ética (24/01),
39 Plenária Extraordinária (21/01), Fórum dos Gestores (31/01); Fevereiro: Plenárias
40 Ordinárias (07 e 08/02), Plenárias Éticas (06 e 22/02), Plenárias de Julgamento (07 e
41 21/02), Fórum dos Gestores (01/02); Março: Plenárias Ordinárias (14 e 15/03),
42 Plenárias Éticas (13 e 29/03), Plenária de Julgamento (14 e 28/03); Abril: Plenárias
43 Ordinárias (11 e 12/04), Plenárias Éticas (10 e 24/04), Plenárias de Julgamento (11 e
44 25/04), Fórum dos Gestores (25 e 26/04); Mai: Plenárias Ordinárias (09 e 10/05),
45 Plenárias Éticas (08 e 24/05), Plenárias de Julgamento (23 e 24/05); Junho: Plenárias
46 Ordinárias (06 e 07/06), Plenárias Éticas (05 e 28/06), Plenárias de Julgamento (06 e
47 27/06) **III) COMISSÃO DE ÉTICA** – O Conselheiro José Agnaldo Gomes lembra que o
48 prazo estipulado para a elaboração de relatórios de pedidos de reconsideração é de
49 15 (quinze) dias, sendo possível a prorrogação em apenas mais 15 (quinze) dias,
50 conforme o Código de Processamento Disciplinar – CPD. O conselheiro secretário
51 Luís Fernando de Oliveira Saraiva expõe que nos meses de janeiro e fevereiro serão
52 nomeados 12 (doze) relatores de julgamento. O conselheiro reforça o ponto dizendo
53 que, caso o conselheiro não consiga analisar o processo nos primeiros 15 dias, esses
54 devem comunicar a Comissão de Ética, para que um novo relator seja nomeado e,
55 assim, garanta-se o prazo estipulado pelo CPD, não se correndo o risco de nulidade
56 ao processo. A conselheira presidenta Elisa Zaneratto Rosa contribui com o tema
57 dizendo que a Comissão de Ética deverá criar procedimentos no qual os conselheiros
58 tenham clareza quanto ao prazo para análise de reconsideração e os cumpram.
59 Assim, os funcionários desse setor devem proceder com o procedimento de
60 orientação e cobrança dos conselheiros. **IV) APAF - ASSEMBLEIA DAS**
61 **POLÍTICAS, DA ADMINISTRAÇÃO E DAS FINANÇAS (14 e 15 de dezembro de**
62 **2013, Brasília - DF) – 4.1 – APRECIÇÃO DA ATA DA APAF DE MAIO DE 2013**
63 - O conselheiro secretário Luís Fernando Saraiva solicita que os conselheiros que
64 fizeram parte da delação deste CRP na APAF de maio de 2013 façam a leitura da ata
65 e verifiquem se há alguma destaque ou correção a serem feitas. **Encaminhamento:** A
66 ata deve ser encaminhada para leitura dos conselheiros Luiz Eduardo Valiengo Berni
67 e Joari Aparecido Soares de Carvalho, delegados na APAF de maio de 2013. **4.2 –**
68 **PONTOS FINANCEIROS. 4.2.1 APRECIÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA**
69 **DO CFP PARA O EXERCÍCIO DE 2014** – A conselheira tesoureira Adriana Eiko
70 Matsumoto apresentou a proposta orçamentária para 2014 juntamente com os
71 demonstrativos financeiros do CFP. Assim, a posição tomada pelo CRP-06 foi de
72 aprovar a previsão orçamentária. A conselheira Maria Ermínia Ciliberti questiona se foi
73 realizada análise qualitativa dos itens do orçamento do CFP. **Encaminhamento:** O
74 plenário solicita que conste na proposta que as publicações das produções da 2ª
75 Mostra Nacional de Psicologia sejam garantidas em APAF. **4.2.2 PRESTAÇÃO DE**
76 **CONTAS DA CONTA DIVULGAÇÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2013** – A



77 conselheira presidenta Elisa Zaneratto Rosa mostrou a prestação de contas da Conta
78 Divulgação e falou sobre a importância de solicitar durante a APAF que os produtos
79 provenientes da Mostra Nacional de Psicologia sejam apresentados em APAF uma
80 vez que não houve tempo hábil para enviar esses produtos. **Encaminhamento:** O
81 plenário concordou que seja solicitado a inclusão desse projeto como pauta durante a
82 APAF e que os desdobramentos sejam produzidos pelo CFP. **4.3 –**
83 **ACOMPANHAMENTO DOS GRUPOS DE TRABALHO** 4.3.1 - GT PARA
84 EVIDENCIAR A RESOLUÇÃO CFP Nº 018/2002 - O conselheiro Jonathas José
85 Salathiel da Silva fala sobre a importância do Conselho Federal de Psicologia se
86 comprometer com a continuidade deste GT e que se cumpram as ações discutidas e
87 aprovadas nas duas últimas APAFs. O conselheiro fez uma crítica ao último triênio,
88 onde várias discussões foram feitas a respeito do tema, com a proposição de diversas
89 ações, porém, apenas um cartaz foi produzido. A conselheira Elisa Zaneratto Rosa diz
90 que isso mostra o quanto o Sistema Conselhos de Psicologia não teve um projeto
91 nesse GT, e que devemos pensar como subsidiar esse tema ou então ficaremos com
92 demandas pessoais que em nada influenciam o GT. O conselheiro Jonathas declara a
93 importância de que o tema seja discutido de forma pontual e transversal, sendo que o
94 racismo e a forma em que ele acontece e se manifesta deve ser centrado como ponto
95 desse GT. O conselheiro ressalta que as dez propostas feitas pelo Grupo de Trabalho
96 atendem aquilo que é necessário para trabalhar com o tema racismo no Sistema
97 Conselhos. A conselheira Maria Ermínia Ciliberti discorda dessa visão e diz que o
98 CRP-06 deve defender na APAF que o quesito campo cor/raça deva ser obrigatório no
99 Cadastro Nacional de Psicólogos e que todos os Conselhos trabalhem a multiplicação
100 do programa de combate ao racismo institucional ao longo do primeiro semestre de
101 2014. Ela ainda diz que para a APAF de maio é necessário abordar a Copa no Brasil,
102 levando em consideração a questão racial, já que estará próximo a data desse evento.
103 A conselheira Adriana Eiko subsidia o tema dizendo que além de falar nos dez pontos
104 apresentados no Relatório do Grupo, é importante dar ênfase no que se discute sobre
105 a adesão ao programa de Combate ao Racismo Institucional da Secretaria de Políticas
106 de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR e evidenciar o apoio ao II Encontro
107 Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) das Relações Raciais e
108 Subjetividades (PSINEP) que ocorrerá em maio. O I PSINEP foi o primeiro encontro
109 entre os psicólogos negros e estabeleceu normas para a atuação de psicólogas(os)
110 em relação ao preconceito e à discriminação racial. O II PSINEP dará visibilidade a um
111 panorama de estudos e trabalhos desenvolvidos sobre a temática racial e psicologia, a
112 partir do qual se espera traçar um plano de ação visando reafirmar o tema na
113 formação, a ampliação das linhas de pesquisa relacionadas ao tema, e sinalizar as
114 possíveis contribuições que a psicologia pode oferecer na implantação e
115 implementação de Políticas Públicas pertinentes às relações raciais, além de práticas
116 que promovam condições iguais na sociedade, com respeito às diferenças. O



117 conselheiro Luís Fernando de Oliveira Saraiva aponta a necessidade de se delinear
118 diretrizes para a atuação do GT, fazendo a pauta dialogar com questão de direitos
119 humanos e laicidade. A conselheira Elisa Zaneratto Rosa diz que é necessário levar
120 também para APAF a discussão sobre a direção política, objetivos, resultados
121 esperados que deverão ser garantidos pelo Sistema Conselhos. 4.3.2 GT
122 PRODUTOS DA II MOSTRA NACIONAL DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA – A
123 conselheira presidenta Elisa Zaneratto Rosa lembrou que na APAF de dezembro de
124 2012 havia sido aprovada a publicação dos materiais que resultaram das atividades da
125 2ª Mostra Nacional de Psicologia. É necessário fazer uma publicação para cada um
126 dos quatorze processos além de mais três publicações a partir das mesas que
127 ocorreram na Mostra. Existe também a intenção de fazer a edição do filme da sala
128 Vladimir Herzog. O grupo editorial é composto por membros da comissão
129 organizadora da Mostra, que vem trabalhando na organização deste material. Os
130 livros das mesas estão em processo de finalização, sendo necessária sua revisão, a
131 fim de garantir a coerência. A proposta do CFP é que esse material seja aprovado na
132 APAF. Em relação ao filme da sala Vladimir Herzog, há questões tecnológicas para
133 sua edição.. **Encaminhamento:** O Plenário decidiu que é necessário priorizar os
134 materiais dos processos de trabalho dos psicólogos onde apareçam sua práticas, pois
135 são eles próprios que trazem essa prática e optar pela produção em versão digital..
136 4.3.3 REVISÃO DA POLÍTICA DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO
137 SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA – Em razão da ausência da conselheira
138 Graça Câmara, a coordenadora técnica Ana Paula Jardim apresentou o ponto. Foi
139 solicitado pelo CFP, em dezembro de 2012, que o CRP SP encaminhasse
140 contribuições para a construção de um material referente a política de fiscalização e
141 orientação, o que foi feito após discussões na Comissão de Orientação e Fiscalização.
142 Entretanto, a minuta apresentada pelo CFP não contemplava as contribuições feitas
143 pelo CRP SP, confundindo termos, entendimentos e procedimentos que dizem
144 respeito à Comissão de Ética e à Comissão de Orientação e Fiscalização. A
145 conselheira Gabriela Gramkow diz que isso acontece porque a minuta foca no Termo
146 de Ajustamento de Conduta, enquanto, na verdade, o TAC é apenas um instrumento,
147 dentro de uma política maior. No ano passado foi constituído um GT, que preparou um
148 plano de trabalho e solicitou que os regionais revisassem os materiais, as resoluções
149 e ainda contratou a acessória de Fernando Aith. Esse tema é um tema crucial no
150 Sistema Conselhos e que tem encontrado muitas dificuldades de implementação
151 devido à extrema dificuldade em articular ações de Ética, Orientação e Crepop.
152 **Encaminhamento:** O plenário decidiu que devem ser retomadas as contribuições dos
153 CRPs e de APAFS anteriores a fim de fomentar novas discussão. 4.3.4 GT SOBRE
154 INTERNAÇÃO FORÇADA DE USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS
155 (ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS) – O conselheiro Aristeu Bertelli da Silva considerou
156 importante levar a temática de Álcool e Drogas para ser trabalhada dentro da



157 Comissão de Direitos Humanos e revisão dos documentos do instrumento de
158 fiscalização dentro comunidades terapêuticas e hospitais psiquiátricos, espaços onde
159 são feitas a internação de pessoas em situações problemáticas. É necessário ampliar
160 as discussões do GT, considerando, por exemplo, aquilo que foi amplamente debatido
161 no Encontro Nacional de RAPS. A conselheira Adriana Eiko Matsumoto relatou sobre
162 Minuta de Resolução do CRP 04 sobre inscrição de PJ em comunidades terapêuticas
163 que foi levada para APAF com proposta para que se transformasse em nacional e na
164 ocasião não teve consenso. **4.4 - ESTUDO DE CONCILIAÇÃO E ÉTICA – O**
165 **conselheiro Luís Fernando de Oliveira Saraiva diz que o CRP SP vem estudando**
166 **possibilidades de conciliação em processos éticos de menor gravidade, que, inclusive,**
167 **muitas vezes solucionados pelas partes, mas que deverão dar continuidade no CRP,**
168 **tendo em vista que, de acordo com o Código de Processamento Disciplinar, uma vez**
169 **que a representação foi feita, deverá seguir toda a tramitação. O estudo realizado pelo**
170 **CRP SP foi bem detalhado e apresentado na APAF de dezembro de 2012, com uma**
171 **sugestão de se fazer um grupo de trabalho para estudo e proposta de implantação da**
172 **conciliação no Sistema Conselhos. Decidiu-se pela realização de uma oficina com o**
173 **CFP e os Regionais para discutir e ajudar a construir um modelo, porém a oficina não**
174 **aconteceu e todos os encaminhamentos em relação a esse assunto estão parados.**
175 **Encaminhamento:** O plenário decidiu que é preciso retomar o que foi deliberado na
176 APAF, propor que a oficina aconteça e que se constitua o GT para estudar a
177 conciliação no Sistema Conselhos. Criar um GT que prepare todas as etapas da
178 oficina, divulgação para categoria, parâmetros legais e necessidades de mudança do
179 CPD. Pautar em Plenária Ordinária do CRP essa discussão junto com as resoluções
180 em fevereiro para debater e o conteúdo que foi discutido em conciliação e ética. **4.5 -**
181 **FOLHA DE RESPOSTA DE TESTES PSICOLÓGICOS ADAPTADAS À**
182 **LEITURA ÓPTICA – A conselheira Ana Paula Porto Noronha diz que o CRP-05 em**
183 **processos de orientação e fiscalização identificou que uma empresa fazia adaptação**
184 **de folhas de resposta para agilizar os processos de concursos públicos. Houve uma**
185 **consulta à comissão consultiva, mas o CRP-05 não ficou satisfeito. Eles promoveram**
186 **um debate em que estiveram presentes, uma ex-conselheira federal e um membro da**
187 **comissão consultiva. A situação é que quando um instrumento é construído, ele passa**
188 **por um processo de padronização, que se refere à uniformidade de procedimentos,**
189 **como forma de diminuir variáveis subjetivas na avaliação. A questão mais importante é**
190 **tentar entender qual o tipo de alteração foi realizada na folha de resposta e qual a**
191 **discussão que deve ser feita com os consultores. Para cada mudança que ocorrer**
192 **deve ser feito um estudo específico. 4.6 - MAIORIDADE PENAL – A conselheira**
193 **Gabriela Gramkow diz que objetivo de pautar esse ponto se faz devido a necessidade**
194 **de investir mais junto às ações do legislativo que visam reduzir a maioria penal, e**
195 **retomar as campanhas propositivas, tais como afirmando a importância do sistema**
196 **socioeducativo. Informou-se que este ponto foi remanescente da APAF anterior e o**



197 CRP SP não havia encaminhado material de subsídio, que fora construído pela
198 coordenadora técnica Ivana Feijó e a assistente técnica Patrícia Oliveira. Existem
199 novos elementos que devem incidir sobre os argumentos do Conselho a fim de que o
200 CRP SP tenham um argumento mais contundente. Outra discussão importante diz
201 respeito ao aumento de tempo de internação de adolescentes em conflito com a lei
202 para oito anos, conforme prevê projeto de lei, que está tramitando rapidamente.
203 Existem seis projetos de leis tramitando, mas leva-se em conta que não se muda
204 cláusula pétrea da Constituição Federal por PL, somente por plebiscito. É preciso
205 saber falar com os parlamentares, mas existe uma discussão que temos feito nesse
206 campo sócio-jurídico, que o legislador ao fazer mudança em política criminal, ele faz
207 por clamor popular. Não se tem descrito qual o impacto aumentar em oito anos ou
208 reduzir de maioria penal. Outros elementos que entram nessa discussão é a
209 implantação do SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e o
210 processo de patologização (elaboração de diagnóstico, transtorno de personalidade
211 antissocial e transtorno de conduta), que está no bojo do que significa o adolescente
212 criminoso. **Encaminhamentos:** O plenário decidiu que é necessário articular com o
213 legislativo campanha propositiva e que atualize os debates para as questões atuais
214 (patologização, aumento do tempo da internação, etc.) não se perdendo de vista que
215 há interesses de empresas e negócios para prestação de serviços nessa área, pouco
216 importando a questão dos direitos humanos. Uma vez que no cenário atual têm
217 crescido novos argumentos a respeito do tema, foi proposto que se reorganize os
218 materiais sobre medidas socioeducativas, na linha de pensar a participação da
219 Psicologia para a criação futura de um GT e produção de nota da Psicologia. **4.7 -**
220 **PROJETO DE LEI DA TERCEIRIZAÇÃO** - O conselheiro Joari Aparecido Soares de
221 Carvalho expôs o adendo ao Projeto de Lei 4330/2004, que dispõe sobre o contrato de
222 prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes, de autoria
223 de Sandro Mabel (GO) e está tramitando no Plenário do Congresso. O documento foi
224 elaborado na APAF de maio de 2013, entretanto o ponto não foi discutido. O CRP-06
225 foi contra a aprovação do PL. A conselheira Maria Erminia Ciliberti entende que não é
226 ponto de pauta de APAF, devendo ser pedido a priorização e acompanhamento do
227 CFP para projetos de lei, não entende a relevância maior para esse PL à PEC do
228 trabalho escravo, por exemplo. A conselheira Elisa Zaneratto Rosa pondera a
229 importância de defender PL, que faz um recorte das questões do Mundo do Trabalho,
230 querendo avaliar a necessidade de ser melhor discutido pelo CRP SP ou se é
231 suficiente que se solicite ao CFP para seu acompanhamento. É importante saber se o
232 Sistema Conselhos é a favor ou não e, a partir disso, decidir apenas se acompanha o
233 PL ou se manifesta. Se não houver provocações na APAF não haverá nenhuma
234 posição do Sistema. **Encaminhamento:** O plenário decidiu por encaminhar o assunto
235 para a APAF de maio com as condições de trabalho de forma mais ampla, propondo a
236 construção de uma moção de apoio contra o Projeto de Lei, marcando o



237 posicionamento do Sistema Conselhos. Essa discussão deve ser discutida na APAF
238 para o surgimento de alguma ação. **4.8 - RESOLUÇÃO QUE CRIA**
239 **ESPECIALIDADE EM RESIDÊNCIA EM PSICOLOGIA DA SAÚDE** - A conselheira
240 Maria Ermínia Ciliberti informou que este ponto já foi discutido na APAF de maio de
241 2013 e aprovado, porém foi informado pelo jurídico do CFP que havia faltado o
242 descritivo desse ponto. Foi sugerido como discussão sobre residência, tendo sido
243 necessário também fazer alterações na resolução de especialista. De acordo com a
244 legislação, o SUS deve regular a sua força de trabalho e essa cláusula impede a
245 psicologia de abrir cursos e residência multiprofissional. Com o avanço dos anos, o
246 Brasil criou dois tipos de residência na área da saúde: residência multiprofissional e
247 residência médica. Nessas residências multiprofissionais existem câmaras que
248 designam os conselhos em cada área, como a câmara de saúde mental, da qual a
249 conselheira Elisa Zanerato Rosa faz parte. **Encaminhamento:** O plenário decidiu que
250 o CRP-06 deve defender que se considere que em todas as residências
251 multiprofissionais, reconhecidas e reguladas pelo MEC, deva ser concedido título de
252 especialista aos psicólogos e deva incluir todos os cursos de especialização em
253 psicologia regulados pelo MEC. Isso porque o psicólogo que faz um curso em
254 psicologia em qualquer área recebe o título, porém, aquele que faz a residência nem
255 sempre consegue esse título. A defesa deve considerar que quem pode ter o título de
256 especialista em saúde deve ter todos os requisitos que os outros títulos e também
257 incluir que quem fez residência reconhecida pelo MEC também pode ter o título. **4.9 -**
258 **REVISÃO DA RESOLUÇÃO 001/2002** - A conselheira Ana Paula Porto Noronha
259 relatou um breve histórico desse ponto, dizendo que a resolução 001/2002
260 regulamenta a Avaliação Psicológica em Concurso Público e processos seletivos da
261 mesma natureza. Informa que um trabalho de reformulação foi realizado na gestão
262 passado do CFP e foi construído com auxílio de duas divisões da Polícia Federal: a
263 divisão de Porte de Armas e a divisão de Avaliação para Concurso Público. A partir
264 disso foi então construída uma minuta e encaminhada a todos os CRPs para que
265 enviassem contribuições para fechamento na APAF. A COF do CRP-06 fez diversas
266 discussões entre as assistentes técnicas, conselheiros e as coordenações técnicas e
267 essas sugestões que foram encaminhadas à APAF. **4.10 - ELEIÇÕES 2013** - A
268 conselheira Presidenta Elisa Zaneratto Rosa expôs a necessidade de se apreciar o
269 relatório e os números do processo eleitoral de 2013. Ela informa que 238 mil
270 psicólogos estão cadastrados no Cadastro Nacional de Psicólogos, e desses, 146 mil
271 estavam habilitados para votar na internet, porém, apenas 66 mil votaram pela
272 internet. Dos 36 mil habilitados para votar por correspondência, apenas 18.500
273 votaram por correspondência. No total, participaram do pleito 84 mil psicólogos, ou
274 seja, 46% de participação em relação aos que estavam habilitados. Ela diz que a
275 eleição por internet não ampliou os números de votos no processo eleitoral. A
276 expectativa era de aumento no número de votantes, mas a necessidade de



277 atualização dos dados pessoais pelos psicólogos para que pudessem votar pode ter
278 sido o principal problema na não ampliação de votos. É preciso, assim, analisar qual o
279 impacto da eleição pela internet. Foram identificadas fraudes na eleição ao CFP e foi
280 solicitada auditoria para fazer sua análise. Essa fraude foi identificada quando o
281 psicólogo e então Presidente do CFP, Humberto Verona identificou que o seu voto já
282 havia sido computado. Assim, identificou-se que embora o IP que gerou a senha de
283 seu tenha sido da Califórnia, a senha foi gerada pelo computador localizado no Brasil.
284 Diante disso, foi feita uma reunião com as três cabeças de chapa, Mariza Borges,
285 Carla Biancha Angelucci e Carla Manzi – esta, por telefone. Foi solicitada, então,
286 auditoria de todo o processo eleitoral. Foram usados vários recursos para realizar a
287 auditoria até que se concluisse que as fraudes ocorridas não mudariam o resultado da
288 eleição. Elisa Zaneratto Rosa traz a necessidade de se cobrar das autoridades
289 respostas sobre quais as providências foram tomadas. A votação por internet ainda
290 não tem segurança é importante fazer a divulgação deste fato. A plenária do CFP
291 homologou o resultado da eleição. Divulgar à categoria contando que o Sistema vai
292 avaliar todas essas questões. **Encaminhamento:** O plenário decidiu que se deve
293 analisar a votação por internet, pois não foi possível mobilizar ou garantir a segurança,
294 sendo necessário um aprimoramento. Solicitar dados comparativos para fazer análise
295 com cuidado, sem julgamento prévio. Dar visibilidade à fraude, colocando o relatório
296 do processo eleitoral no portal da transparência, para que se evite novas e maiores
297 fraude, que se coloque o posicionamento político do CRP. **4.11 - DECISÃO**
298 **FAVORÁVEL AO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO – CRA, NA**
299 **ÁREA DE RECURSOS HUMANOS E RECRUTAMENTO, CONTRA OS**
300 **PSICÓLOGOS** – A decisão deve-se ao fato de uma empresa de Recursos Humanos
301 que tinha como gestora uma Psicóloga ter sido notificada por um Conselho Regional
302 de Administração – CRA a ter inscrição junto a ele para exercer os seus trabalhos. O
303 CRP da jurisdição em que a psicóloga atuava a orientou a não ser necessário o
304 registro no CRA, conseguindo que essa decisão do CRA fosse embargada. Porém, o
305 CRA, em decisão judicial, conseguiu reverter o procedimento, se pautando na ideia de
306 que o psicólogo, segundo as funções estabelecidas por lei, tem apenas a função de
307 assessorar o administrador na área de recrutamento e seleção, tais como aplicação de
308 testes. A conselheira Maria das Graças Mazarin de Araújo relatou que essa decisão
309 abriu precedentes para que outras ações possam começar a serem feitas. Explanou
310 que é uma disputa de mercado e pode fechar um grande e tradicional campo de
311 trabalho para os psicólogos. A conselheira Adriana Eiko Matsumoto avaliou que os
312 delegados saibam que outros materiais já foram apresentados em outras plenárias em
313 relação a esta temática e que já foi produzida uma nota de orientação sobre psicologia
314 organizacional, distribuída aos regionais e solicitando os regionais que informassem
315 em quais processos foram notificados. Esse tipo de ação é fundamentalmente em
316 relação às PJs que exercem trabalhos na área de recrutamento e seleção e não aos



317 psicólogos. **Encaminhamento:** O plenário decidiu que se deve recuperar o material
318 de orientação do CFP que já foi feito anteriormente, reforçar as orientações e que os
319 novos plenários recebam o material, que seja uma prática da COF para instituição de
320 PJs. **4.12 - ESCUTA DE CRIANÇA E ADOLESCENTE –** O conselheiro Luís
321 Fernando de Oliveira Saraiva apresentou o histórico do tema, que se iniciou com a
322 metodologia do depoimento sem danos, no Rio Grande do Sul. Em São Paulo, tem
323 sido desenvolvido uma outra proposta de metodologia, a escuta especial, que visa não
324 revitimizar crianças e adolescentes vítimas de violência, sobretudo sexual. Na última
325 gestão, o CRP SP acompanhou a implementação de projeto-piloto no estado, sendo
326 que não havia clareza quanto possíveis diferenças em relação ao depoimento sem
327 danos. No início desta gestão, ocorreu reunião com AASPTJ - Associação dos
328 Assistentes Sociais e Psicólogo do Tribunal de Justiça, com a presença dos
329 conselheiros Luís Fernando de Oliveira Saraiva, Guilherme Luz Fenerich e Adriana
330 Eiko Matsumoto. Em 2010, o CFP aprovou a Resolução CFP 10/2010, que
331 regulamentava a atuação de psicólogos na escuta de crianças que foram vítimas de
332 violência. A partir daí, houve várias tentativas para se derrubar essa resolução, até
333 que uma ação no Rio de Janeiro suspendeu-a em todo o território nacional. Sendo
334 assim, o CFP propõe a criação de nova resolução, que, na avaliação do conselheiro,
335 trata-se de uma versão resumida da resolução de 2010 e pouco responde às
336 demandas trazidas pela pauta, podendo ser facilmente suspensa. Assim, entende ser
337 necessário avançar na discussão, criando-se outras estratégias. A conselheira Adriana
338 Eiko Matsumoto esclareceu que foi retirada a parte que mencionava “vedado” e
339 colocado como recomendado, sendo um termo mais propositivo e mostrando o que a
340 escuta deve garantir. Não impede a prática, mas sim a regula. O conselheiro Luís
341 Fernando de Oliveira Saraiva também chama a atenção que na resolução passada
342 dispunha sobre a necessidade de ouvir todos os envolvidos em uma situação de
343 violência e na nova resolução dispõe sobre ouvi-los sempre que possível.
344 **Encaminhamento:** O plenário decide pelo apoio à aprovação da resolução, como
345 medida pontual, sendo necessárias novas discussões pelo Sistema Conselhos. A
346 discussão deverá ser retomada pelo CRP SP em fevereiro. **4.13 – HOMOLOGAÇÃO**
347 **DA CONSULTA NACIONAL PELA ASSEMBLEIA DOS DELEGADOS –** Indicação
348 para que o CRP-06 homologue os resultados da Consulta Nacional para a Gestão
349 2014-2016. **V) FÓRUM DOS CONSELHOS ATIVIDADE FIM DA SAÚDE –** O
350 Conselheiro Moacyr Miniussi Bertolino informa que houve mudança na coordenação
351 do Fórum dos Conselhos Atividade Fim da Saúde, sendo que o CRP SP assumiu-a,
352 representado pelo próprio conselheiro Moacyr Miniussi Bertolino Neto e pela
353 conselheira Maria Ermínia Ciliberti como suplente. As reuniões acontecerão na sede
354 deste Conselho. **Encaminhamento:** O Plenário aprovou as indicações para compor
355 esse fórum. Oportunamente deverá ser pautado nas Plenárias Ordinárias o ponto do
356 Fórum dos Conselhos Atividade Fim da Saúde. **VI) APRECIÇÃO DE**



357 **CRENCIAMENTO DE SITES:** O plenário concedeu parecer favorável à obtenção
358 de selo para o site com os seguintes protocolos: 506106720 (CRP 06/55523),
359 706110735 (CRP 06/27595), 506512614 (CRP 06/105372), 606113682 (CRP
360 06/72676), 678 (CRP 06/84777), 706612994 (CRP 06/73879) e concedeu parecer
361 desfavorável à obtenção de selo para o site com os seguintes protocolos: 6509597
362 (CRP 06/98334), 106514925 (CRP 06/19571), 706814154 (CRP 06/95081), 6715033
363 (CRP 06/115227), 606214444 (CRP 06/194144), 186 (CRP 06/36321) e 606813350
364 (CRP 06/32753). Não se aplica o pedido para obtenção de selo para os protocolos:
365 206714478 (CRP 06/88815) e 706503535 (CRP 06/51846) conforme folha anexa que
366 é parte integrante desta ata. Nada mais havendo a tratar a senhora conselheira
367 presidenta deu por encerrada a sessão, da qual eu, conselheiro secretário Luís
368 Fernando de Oliveira Saraiva, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada será
369 assinada. São Paulo, sete do mês de dezembro de dois mil e treze.

ELISA ZANERATTO ROSA
Conselheira Presidente

**LUÍS FERNANDO DE OLIVEIRA
SARAIVA**
Conselheiro Secretário